



31/03/2025

Número: [REDACTED]

Classe: [REDACTED]

Órgão julgador: **19ª Vara Cível da Comarca da Capital**

Última distribuição : **28/03/2025**

Valor da causa: **R\$ 10.000,00**

Assuntos: **Tutela de Urgência, Fornecimento de medicamentos, Indenização Por Dano Moral -  
Outras**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
		MELISSA AREAL PIRES (ADVOGADO)	
SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
	31/03/2025 13:53	Decisão	Decisão

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**

**Comarca da Capital**

**19ª Vara Cível da Comarca da Capital**

Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga 115, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20020-903

**DECISÃO**

Processo: [REDACTED]

Classe: P [REDACTED]

AUTOR: [REDACTED]

RÉU: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE

1) Postula o demandante a concessão de tutela de urgência para que a ré seja compelida a autorizar e custear a aplicação do medicamento Rituximabe por "pulsoterapia intravenosa", conforme requerido pelo médico que o acompanha (ID 181348285).

Dispõe o artigo 300 do Código de Processo Civil que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Conforme laudos médicos acostados aos IDs 181346640 e 181348285, a parte autora comprova a necessidade da medicação ora pleiteada.

Verifica-se que o tratamento perseguido foi recusado pela operadora ré, conforme documento de ID 181348267, sob a justificativa de que o tratamento não atende às diretrizes de utilização (DUT) do rol de procedimentos e de eventos em saúde da ANS.

Em consulta ao rol da agência supracitada, observa-se que não consta indicação da aplicação do medicamento Rituximabe para a doença que acomete o autor, mas tão apenas para vasculite.

No entanto, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, em recente julgamento, proferido nos EResp nº 1.886.929/SP e EResp nº 1.889.704/SP, firmou entendimento de que o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar da ANS é taxativo, porém de forma mitigada.



Nessa linha de raciocínio, a Lei nº 14.454/22, que estabelece critérios que permitam a cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar, incluiu o §13 ao art. 10 da lei nº 9.656/98, para definir que “em caso de tratamento ou procedimento prescrito por médico ou odontólogo assistente que não estejam previstos no rol referido no § 12 deste artigo, a cobertura deverá ser autorizada pela operadora de planos de assistência à saúde, desde que: I - exista comprovação da eficácia, à luz das ciências da saúde, baseada em evidências científicas e plano terapêutico; ou II - existam recomendações pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), ou exista recomendação de, no mínimo, 1 (um) órgão de avaliação de tecnologias em saúde que tenha renome internacional, desde que sejam aprovadas também para seus nacionais”.

No caso vertente, observo o atendimento ao inciso I em referência, por meio do estudo juntado ao ID 181348291, bem como das bibliografias médicas colacionadas no laudo ao ID 181348285, o que evidencia a viabilidade científica da utilização do medicamento almejado pelo demandante.

Não menos importante, o inciso II também é atendido por meio da nota técnica emitida pelo Natjus, que opina favorável ao tratamento da síndrome nefrótica por meio do Rituximabe, conforme podemos observar no seguinte link: <https://www.pje.jus.br/e-natjus/notaTecnica-dados.php?output=pdf&token=nt:65537:1645564846:2d01dbae99d0c86403f7edfdf9d93f8a2fe9403c4b31d6fe3fbd7>

Sendo assim, em análise superficial, há fortes indícios de probabilidade do direito alegado e de evidente perigo de dano à saúde do autor, estando presentes os requisitos cumulativos autorizadores para concessão da tutela de urgência pretendida

Isso posto, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA para determinar que a ré autorize a realização do procedimento indicado pelo médico assistente da parte autora e custeie todos os materiais solicitados para o procedimento em comento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), limitada a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Intime-se a ré, via OJA, para que cumpra a presente decisão.

No mesmo ato, cite-a para apresentar contestação no prazo de 15 dias.

2) Considerando as Resoluções CNJ nº 385/2021 e Resolução TJ/OE nº 20/2021 que dispõem sobre a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 e o Ato Normativo nº 05/2022 que criou o 6º Núcleo de Justiça 4.0 - Saúde Privada (Vara Cível) e que tal medida aumenta a celeridade e eficiência da prestação jurisdicional, remetam-se os autos ao 6º Núcleo de Justiça.



RIO DE JANEIRO, 28 de março de 2025.

RENATA GOMES CASANOVA DE OLIVEIRA E CASTRO  
Juiz Substituto

